

Em busca do equilíbrio entre produtor e consumidor

“Houve uma falta de gerenciamento durante esse período. Indústrias, produtores e o próprio governo não andaram juntos, não acreditaram no crescimento rápido da produção e não criaram alternativas para dar escoamento nesse leite, que ficou à mercê de um produto chamado longa vida”. Esse foi um dos mais importantes trechos do pronunciamento feito pelo diretor de vendas da Batávia, Arthur Voorsluys, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos da Assembléia Legislativa do Paraná, que examina as causas da crise que atingiu o setor leiteiro do Estado e País, a partir de junho de 2001.

Reunida em Ponta Grossa no dia 29 de janeiro, a CPI do Leite, como está sendo chamada, ouviu produtores, industria e supermercadistas buscando “investigar a formação dos preços, estudando as planilhas desde a porteira até a ponta de consumo” , como declarou seu presidente, Deputado Orlando Pessuti. Para ele há uma diferença muito grande entre os preços recebidos pelos produtores e os preços pagos pelos consumidores, denotando uma farta “gordura” nessa formação de preços. Pelas mesmas razões, além do Paraná, existem CPI’s instaladas atualmente nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás.

Para o diretor da Batávia, o que desencadeou a crise de junho de 2001 foi o fato de que muitas pequenas empresas, descapitalizadas, com compromissos diante de produtores e fornecedores, acabaram jogando o leite longa vida no mercado a preços muito inferiores aos preços de custo. Se houvesse uma política adequada de financiamento, esse leite seria tranqüilamente absorvido numa época de entressafra, excluindo a necessidade de importação de leite em pó. Assim, “o vilão da crise, que pode ser chamado de gerenciamento, foi que jogou-se no mercado muito mais leite do que ele podia absorver, e não existe absolutamente nenhum setor de mercado que seja imune à lei da oferta e procura”, mostrou o diretor da Batávia.

Do ponto de vista da industria, o leite longa vida, que tem sido criticado por alguns setores como facilitador da formação de estoques, não deve ser considerado culpado. Ao invés de estopim da crise, segundo Arthur, ele foi, na verdade, uma grande salvação, permitindo que algumas industrias trabalhassem com estoques, controlassem vendas e segurassem o mercado, evitando ‘deslocar’ o produto de forma mais rápida, acelerando a crise ainda mais. Quanto à qualidade, ele lembrou que os produtos longa vida são embalados hermeticamente, e levados a temperaturas de 142 graus, e se conservam porque há inexistência de bactérias por até 6 a 8 meses.

As soluções para a crise do setor, na análise da indústria, passam pela atuação do governo em pelo menos três frentes: na abertura de linhas de créditos especiais para que a indústria possa estocar seus excedentes; na manutenção da campanha que dificulta as importações; e no enfrentamento da questão da tributação. A quantidade de laticínios que sonégam, que fraudam produtos, e que usam de artifícios de contabilidade, ‘puxam’ o

mercado para baixo, disse o diretor de vendas da Batávia, lembrando que atualmente não existe mais nenhuma grande empresa produzindo queijo, porque esse mercado é praticamente todo informal, e quem trabalha na informalidade leva pelo menos 20% da vantagem pelo não pagamento de impostos.

O Diretor da Batávia considera que qualquer alíquota de impostos é cara se uns pagam e outros não. “Se todos pagassem, com certeza não se teriam competições desiguais como esta que o Brasil está assistindo, onde leites internos e externos do Rio Grande do Sul contam com isenção de ICM. Em Goiás, um programa de incentivo do governo estadual recolhe menos de 2% sobre o leite que é vendido para outros estados. No Paraná, estamos com 7% de alíquota para vendas dentro do Estado”. Por tudo isso, para que haja equilíbrio na distribuição da oferta de leite ao longo do ano, sem necessidade de importações nem de ‘desova’ de estoques nos momentos de dificuldades, Voorslyus defendeu um competente gerenciamento do negócio pela produção, pela indústria e pelo governo, que abocanha perto de R\$ 0,25 por litro de leite longa vida comercializado. De acordo com o dirigente, apesar da conjuntura, a Batávia praticou na região dos Campos Gerais, de janeiro a dezembro de 2001, um preço ponderado de R\$ 0,33 por litro de leite posto na fazenda.

Entre as diversas sugestões recolhidas pela CPI ao longo de audiências públicas realizadas em Ponta Grossa, Guarapuava, Francisco Beltrão, Cascavel, Maringá e Londrina, estiveram as de: incluir o leite nos programas de merenda escolar do governo federal; o combate à sonegação de impostos, a ampliação de linhas de crédito rural; a criação de uma política de incentivo à pequena produção leiteira; uma atuação mais atuante e vigilante do CADE em relação à atuação da cadeia láctea; o estabelecimento de um preço mínimo de venda para o produto, partindo do custo direto de produção mais uma margem de sobrevivência; mais rigor pelo governo no combate ao leite clandestino. Ou então “fazemos o marketing do leite para aumentar o consumo, ou diminuimos a produção que vai para o mercado”, como chegou a sugerir o presidente da Cooperativa Castrolanda, Frans Borg, durante reunião convocada pela APCBRH no auge da crise, em outubro de 2001.

Criada em novembro do mesmo ano, a CPI do leite dispõe do prazo de 120 dias para concluir seu trabalho. Em abril ela deve apresentar um pré-relatório e logo após promover uma reunião conjunta com as outras seis CPIs atualmente no país.